

lização de açaí não se constitua numa atividade independente, mas que seja empreendida como complementar à comercialização de pescado, por exemplo, diluindo-se, assim, os custos de congelamento para ambos os produtos.

AGRADECIMENTOS

Devido à defasagem temporal da Bibliografia sobre Frutos de Açaí e particularmente sobre comercialização desse produto, a pesquisa como um todo e este artigo em particular resultaram de dados coletados através de aplicação de questionários junto a feirantes, carregadores e maquinheiros de vinho (suco) de açaí, que doaram parte de suas horas de trabalho para fornecer informações. A eles nossos agradecimentos pela atenção, seriedade e respeito com que nos receberam. Na parte de apoio e montagem do relatório, agradecimentos especiais dirigimos à FADESP, na pessoa de seu Diretor Executivo Prof. Afonso Brito Chermont e à datilógrafa Antonia Nazide Vaz da Fonseca. Finalmente agradecemos a WORLD WILDLIFE FUND (W.W.F) pelos recursos alocados que viabilizaram o trabalho ora levado ao conhecimento do público interessado no assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALZAVARA, B. B. G. *Açaizeiro: recomendações básicas*. Belém: EMBRAPA/CPATU, 1987a.
- _____. *Importância do Açaizeiro (Euterpe oleracea, Mart) como Produtor de Frutos e Palmito para o Estado do Pará*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM PALMITO, 1., 1987. Anais... Curitiba, 1987b.
- _____. *As possibilidades do açaizeiro no estuário amazônico*. Belém, 1972. 103 p. (Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 5).
- CAVALCANTE, P. B. *Frutos comestíveis da Amazônia*. 2. ed. Belém: Falângola, 1976. 154 p.
- CHAVES, J. M., PECHNICK, E. *O açaí, um dos alimentos básicos da Amazônia*. In: ASSOCIAÇÃO DE QUÍMICA DO BRASIL. Anais... 1945. n. 3, p. 169-172.
- HOFFMANN, R. et al. *Administração da empresa agrícola*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1984. 325 p.
- MORAES, E. et al. *Acondicionamento de sementes de açaí (Euterpe oleracea, Mart)*. Belém, 1984. p. 3-9. (Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 14).

DEMANDAS POPULARES, ESTADO E MEIO AMBIENTE EM BELÉM NA DÉCADA DE 80*

Auriléa Gomes ABELÉM
Departamento de Ciências
Sócio-Políticas da UFPA

RESUMO: Analisa-se a relação conflitiva e contraditória entre organizações populares e um Estado mais aberto e mais democrático. Destaca-se, ainda, o papel ativo e positivo dos movimentos reivindicatórios na definição da pauta de ações governamentais, assim como suas contradições internas e as diferentes estratégias adotadas nessa relação.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos reivindicatórios, carências urbanas, políticas públicas.

POPULAR CLAIMS: STATE AND ENVIRONMENT IN BELÉM DURING THE 1980s

ABSTRACT: This study analyses the conflictual and contradictory relationship between popular organizations and a more open, democratic state. The active and positive roles played by reivindicative movements in defining the agenda of government actions especially stand out, as well as contradictions and different strategies inherent in the aforementioned relationship.

KEY WORDS: reivindicative movements, urban decay, public politics.

ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DO QUADRO DE CARÊNCIAS EM BELÉM

A década de 80 é rica em contradições de toda natureza: econômicas, sociais e políticas. Inaugurada com a expectativa de solução para os problemas da sociedade brasileira, ela se encerra com o aguçamento desses problemas no plano econômico e social, sendo considerada por vários analistas como a "década perdida". Mas no aspecto político e cultural o saldo é positivo, revelando maior politização do setor social, fazendo emergir diversas lutas e colocando a questão do direito, da igualdade e da participação, como exigência legal para uma sociedade mais justa e democrática.

A sociedade civil manifestou-se com maior organização e mobilidade, ainda que com avanços e recuos, levando a sociedade política a se mostrar receptiva às manifestações populares e apontar a questão social como prioridade a ser resolvida, assumindo-a nos discursos oficiais e planos de governo, também com avanços e recuos.

É essa relação, ainda que conflitiva e contraditória, entre setores populares organizados e um Estado com uma nova feição, mais aberto e mais democrático, que marca a riqueza dos anos oitenta.

* Trabalho originalmente apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, em 1992, em Caxambu - MG, Grupo de Trabalho "Lutas Urbanas, Estado e Cidadania". Contou com a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica da UFPA: Marcos José Damasceno, Claudia G. da Silva, Joana Santana, Janete M. dos Santos e Mariza F. da Luz e foi enriquecido com os comentários críticos de Ana Clara Ribeiro (UFRJ) e de Jean Hebetet (UFPA).

A contradição maior nessa nova relação está no balanço social da década que se encerra com o aguçamento da pobreza.

"É, ..., no horizonte uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, que a pobreza inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros de ação mais igualitária" (TELLES, 1992, p. 2).

Na Amazônia, em particular, a implantação de grandes rodovias, de hidrelétricas, de grandes minerações, de fábricas modernas, de plantations, de cidades planejadas, contrasta com a decadência da colonização oficial, com a desestruturação da produção camponesa, com a invasão de terras indígenas, com a poluição do meio-ambiente, com o crescimento da miséria e da exploração do homem. Nesse quadro, as aglomerações urbanas multiplicam-se e se impõem como elementos indispensáveis à vida econômica, social e política da Região, e passam a se estruturar em áreas de terra firme, às margens das novas rodovias, concentrando, em 1991, cerca de 58% da população amazônica (FUNDAÇÃO IBGE, 1992).

Belém metrópole da Amazônia Oriental, reflete com clareza, a nível regional, o quadro nacional da década guardando, é lógico, suas especificidades.

Embora oficialmente, o IBGE registre apenas 20 bairros no distrito de Belém, o crescimento demográfico nos últimos vinte anos deu origem a cerca de cinquenta aglomerações que podem ser consideradas novos bairros. São áreas que foram ocupadas por invasão ou foram fruto da ação estatal através da política de conjuntos habitacionais. Quase sempre em locais distantes, estas áreas ampliaram a periferia da cidade e uniram por conurbação Belém e Ananindeua, municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB).

Com uma população superior a um milhão e trezentas mil pessoas, em 1991, a RMB apresentou na década de 80 juntamente com a Região Metropolitana de Recife, os maiores índices de "pobreza", variando entre 43,8% e 57,6%. Nas regiões metropolitanas do sul e sudeste tais índices foram mais reduzidos, oscilando, por exemplo, na de Curitiba entre 10,5% e 29,6%. Essas proporções foram apontadas por ROCHA (1990, p. 70) que trabalhou as variáveis de rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para construir a renda familiar per/capita, utilizando-a como variável de confronto com a linha da pobreza encontrada, levando em consideração diferenciais na estrutura de consumo, nível de renda e preços entre as nove regiões metropolitanas brasileiras.

O município de Belém registrou uma elevada concentração de renda, com 40% das famílias, as de menor rendimento, percebendo apenas 10% da renda gerada na década, enquanto 10% das famílias, as de maior renda, detiveram cerca de 40% (PMB-COGEPI, 1992). Tal concentração provoca reflexos diretos na configuração espacial intra-urbana. Com o agravamento da pobreza, a população mais carente é expulsa diretamente das áreas

centrais, através de programas de remoção e renovação urbana ou indiretamente, pelos impostos, taxas, aluguéis e especulação imobiliária. As próprias baixadas, áreas alagadas ou sujeitas a alagamento, que abrangem cerca de 40% do distrito de Belém, vão sendo urbanizadas e sua população, expulsa mais uma vez, passa a se deslocar internamente nessas áreas segregadas em busca da casa própria que lhe dê abrigo e garanta sua reprodução (ABELÉM, 1988). Cresce o fenômeno das invasões coletivas, seja nas áreas centrais ainda sem edificações, seja na periferia, em áreas sem nenhuma infra-estrutura. Com o agravamento dos problemas sociais, ampliam-se os problemas ambientais: ocupação de áreas alagadas, de periferias desequipadas, transporte precário, condições sanitárias insalubres, coleta e tratamento de lixo incipientes.

Percebe-se claramente, que embora a pobreza urbana tenha como indicador básico a insuficiência de renda, sua análise deve ser complementada pelas condições adversas de vida a que está sujeita a população. As questões de saúde, saneamento, habitação, educação, não são resolvidas para a população carente por acréscimos eventuais na renda, pois dependem de situações, cuja solução está na pendência da ação do poder público, a quem cabe o financiamento dos equipamentos urbanos e a coordenação dos diferentes agentes da urbanização (LOJKINE, 1981). Essa ação reflete o confronto de interesses e de forças modeladoras do espaço urbano, dentre os quais damos especial destaque nesta análise ao Estado e à população pobre articulada em movimento de bairros.

Não é o caso de, fugindo da abordagem quantitativa das carências, cair na redução da política como "mercado de troca de equivalentes", em que as políticas sociais equivalem-se às vantagens eleitorais. O estudo visa analisar a relação entre organizações populares e o Estado, segundo a linha de pensamento de KRISCHKE (1988), como uma relação de reciprocidade em que as carências são elaboradas como manifestação entre a sociedade e a política.

Movimentos, neste estudo, referem-se aos processos de organização social e manifestação política nos bairros de Belém; têm como base de construção da identidade o morador de áreas periféricas da cidade, carentes de infra-estrutura física, social e ambiental; estes moradores são organizados em centros e associações comunitárias que, por sua vez, possuem articulações mais amplas com outros organismos como Comissão e Federação de bairros.

Procura-se, em particular, historiar e entender a instabilidade do movimento reivindicatório, seu papel ativo e positivo, na constituição de um espaço público de participação, além da simples representação no legislativo, resultando em sua influência na decisão de pauta de ações governamentais, assim como sua fragilidade e reduzida capacidade de reação frente às conjunturas políticas.

Na linha desse entendimento não parece claro que as abordagens sobre movimentos reivindicativos urbanos centrados na pauperização e/ou

nas contradições urbanas como causa das lutas dos moradores devam ser substituídas por análises que enfatizem na cultura, na subjetividade e os valores, como aponta NUNES (1989). Essas correntes analíticas, a nosso ver, complementam-se, não se excluem, sob pena de um reducionismo em sentidos opostos (RIBEIRO, 1991).

Para entender os conflitos urbanos na Amazônia é impossível ignorar a questão estrutural, a realidade do avanço capitalista na Região e os efeitos dos programas de integração e valorização - substituição do rio pela rodovia como eixo de penetração, migração crescente, surgimento de novas cidades, estagnação e até desaparecimento de outras - que desorganizam e reorganizam o espaço regional, provocando a expulsão do homem do campo e seu empobrecimento maior nas cidades (ABELÉM, 1992). Nem por isso, a questão cultural pode ser deixada de lado, no esforço de resgate da dignidade de camadas sociais desenraizadas e violentadas pelos processos de modernização e exclusão (RIBEIRO, 1991). São questões estruturais que criam as condições de desenraizamento e exclusão, e são valores culturais e éticos compartilhados que conduzem à opção por determinada estratégia de ação. Daí a dupla face dos movimentos definidos por RIBEIRO (1991, p. 16) como "elos ativos posicionados entre a sociedade e a política, isto é, entre a sociedade, o cotidiano das relações sociais (representações, valores e práticas) e a esfera da realidade social onde são debatidos direitos e ações gerais". É essa duplicidade que nos permite entender a tensão existente entre movimento e política, levando a estratégias diferenciadas não apenas o movimento, como também os partidos e os governos, na busca recíproca de solução das carências.

AS ORGANIZAÇÕES DE BAIRRO E O ESTADO

Em Belém, as organizações de bairro surgem em 1972 através de um processo educativo de conscientização e ajuda mútua, sem questionar a ação do Estado, procurando resolver questões localizadas nos próprios bairros e fazendo reuniões intercomunitárias trimestralmente para troca de experiências. Contam com apoio da Igreja e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Esse processo pedagógico rapidamente produz resultados, surgindo vários centros e associações de moradores. A própria população procura soluções para seus problemas; a participação do Estado restringe-se apenas à ação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que financiava os encontros intercomunitários.

Fruto desse processo educativo, surgem várias escolas mantidas inicialmente pelas próprias comunidades, que assumem tarefas e responsabilidade da esfera do poder público. Face a dificuldades crescentes em manter as escolas, em 1976, passa a haver um certo consenso de que o problema não seria resolvido só através de ações comunitárias, mas que o Estado deveria ser acionado para dar apoio financeiro às escolas. Surgem então algumas reivindicações coletivas dirigidas ao Estado, gerando em consequência a

assinatura de convênios com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), para oferta de bolsa/alunos a ser concedida e/ou renovada anualmente e que permitiria pagar aos professores, ficando as comunidades responsáveis pelas demais despesas de manutenção das escolas.

Para efetivação desses convênios a SEMEC exigia que os centros e associações de moradores possuísem estatuto contendo objetivos, normas e diretrizes, o que lhe permitia um certo controle do processo. No final dos anos 70, a SEMEC mantinha convênio com 94 instituições comunitárias em bairros carentes, para a manutenção de 102 escolas, através de 22.355 bolsas distribuídas do pré-escolar a 4ª série do primeiro grau.

Paralelamente, organizações de vários bairros passam a reivindicar água encanada, seja com manifestações diretas junto à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), responsável pelo abastecimento de água em Belém, seja através de abaixo-assinado e denúncia via imprensa, conseguindo muitas vezes resposta positiva do Estado.

Observa-se, pois, que a partir de 1976 o Estado, a nível local, passa a atender às pressões, ainda dentro de um esquema de repressão, mas já contextualizado no processo de abertura política. Ainda que com polícia nas ruas para reprimir passeatas e manifestações, inicia-se um processo ambíguo de interlocução com as organizações de bairros, até então sem articulação a nível local, a não ser as reuniões trimestrais intercomunitárias.

O final dos anos setenta registra o acirramento dos conflitos por terra, no campo e na cidade (HEBETTE, 1991). A população passa a invadir não mais isoladamente, mas em conjunto, várias áreas desocupadas, enfrentando, inicialmente, forte repressão policial.

Tal como acontece a nível nacional há o reconhecimento da fragilidade das lutas isoladas e a busca de um processo de articulação e unificação das mesmas. Em janeiro de 1979, com o apoio da FASE, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), criada em 1977, e fruto do trabalho da Igreja e das esquerdas que permaneciam aliadas, nasce a Comissão de Bairros de Belém (CBB), envolvendo apenas alguns bairros pobres da cidade e objetivando resolver os conflitos de terra e reagir à repressão policial. Várias vitórias são conseguidas com a desapropriação e posterior titulação de certas áreas conquistadas que fortaleceram o movimento e que propiciaram a adesão de organizações de outros bairros.

De lutas localizadas, a CBB parte para um trabalho mais abrangente, buscando conscientizar a população da necessidade de participação e exigindo do governo, não só a solução de questões imediatas, como também a participação na própria gestão da cidade, ainda que dentro de certos limites impostos pela lógica conservadora, vigente nas cidades e pela insuficiência de preparo técnico de suas lideranças. São desencadeadas várias campanhas por escola, moradia e transportes.

Mas a luta, apesar das vitórias, não permanece coesa. A nova conjuntura política do início dos anos 80 quebra a unidade construída por força da situação vigente; acentuam-se as diferenças político-partidárias internas;

agravadas pelo acesso ao poder de parcela da oposição (GOHN, 1991a). O movimento ressentia-se com o afastamento de vários técnicos e lideranças que passam a ocupar, a partir de 1983, cargos públicos e assessorias governamentais. As divergentes percepções e interpretações de como lidar com um governo ocupado por pessoas consideradas progressistas, começam a dividir o movimento. Um grupo defende a autonomia, uma posição crítica frente ao Estado; outro se coloca a favor de alianças e da negociação e desenvolve um trabalho de apoio ao então candidato a governador, Jader Barbalho (PMDB), que simbolizava as esperanças em um governo democrático e participativo.

A vitória de Jader Barbalho nas eleições de 1983 marca uma nova época na relação Estado-organizações populares. Com sua forte ingerência na vida municipal, já que os prefeitos eram nomeados pelo governador, é a estratégia traçada por ele que prevalece. O reconhecimento das organizações como interlocutoras na administração do município, cria, por outro lado, uma situação contraditória para o movimento.

Jader investe para conquistar o movimento popular, através da CBB, que articulava na época grande número de organizações de bairros, e que lhe entregara uma proposta do movimento a ser incluída em seu plano de governo, não obtendo resposta. Várias lideranças e intelectuais progressistas são convidados para participar da gestão municipal e ocupar cargos-chave tanto no Estado como na Prefeitura, nos setores de planejamento, pesquisa, bem-estar social e assessorias de comunidade.

O discurso então assumido pelo Estado soa igual ao que a população estava acostumada a ouvir do lado do movimento, discurso de transformação, de mudanças, de preocupação em resolver as carências, isto confunde o movimento de bairro. Por outro lado, o Estado passa a estar presente no próprio local de moradia através de seus técnicos, de seus assessores, das organizações por ele fomentadas. Os assessores da prefeitura tiveram um papel muito importante nessa fase, de 1983 a 1988, na elaboração e desenvolvimento das relações Estado-movimento, pois conduziram o processo de discussão para os bairros e ouviram as reivindicações, canalizando as demandas. As soluções nem sempre eram dadas, mas havia um processo de negociação com os movimentos, mesmo com os mais combativos. Com isso deixam de existir, ou diminuem bastante as manifestações coletivas frente à Prefeitura ou ao governo do Estado.

É interessante observar que a descentralização administrativa, para atendimento nos próprios bairros, era uma luta antiga do movimento. Mas quando passa a ser adotada pelo Estado é considerada por algumas lideranças da CBB como estratégia de manipulação, de divisão e de enfraquecimento do movimento. Mesmo quando alcançam êxito, as vitórias são diluídas por bairro, deixando, inclusive, de ser noticiadas pela imprensa ou sendo por ela explorada como iniciativa ou concessão do governo.

Há, dentro da CBB, um movimento de resistência a essa ação do Estado e um conseqüente afastamento ou alijamento por parte dela e de

várias lideranças, que aceitam a proposta do governo e passam a lhe dar apoio, articulados por vários partidos como o PMDB, PCB e PC do B. As organizações que permanecem ligadas à CBB são aquelas cujas lideranças são mais articuladas ao PT.

Observa-se, pois, que apesar de se dizerem independentes, os movimentos de bairros vão dividir-se seguindo a linha ideológica dos partidos e assumir diferentes posturas em suas relações com o Estado e nas articulações a nível nacional que então se delineiam (GOHN, 1991b). Mas, se a articulação com os partidos leva a uma divisão, ela também fortalece o movimento pela ascensão de seus membros ao legislativo, através de eleições, gerando expectativa de atendimento das demandas e de real participação no debate público e no processo decisório.

Ao mesmo tempo, o Estado, a nível nacional e local, passa a estimular a criação e a conseqüente ocupação de centros, associações, federações e confederações e a criar programas sociais com forte repercussão junto à população carente. Em Belém multiplicam-se as organizações de bairros e é criada em 1985, paralelamente à CBB, uma Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FMCCAM), reunindo desta vez as organizações incentivadas pelo Estado.

Para as lideranças da CBB, a Federação e suas organizações filiadas são frutos da cooptação e do clientelismo, e vêm competir no seu próprio espaço. Para as lideranças da FMCCAM, esta veio preencher um vazio, deixado pela CBB, propondo-se a gerenciar de modo mais eficiente o movimento comunitário e articular junto ao Estado as reivindicações dos bairros "sem perguntar a filiação ideológica", ao contrário da CBB que era "mais política que movimento comunitário" (entrevista com lideranças da FMCCAM).

Parte do movimento opta portanto pelo "oportunismo". O termo é aqui adotado não em sua conotação pejorativa, mas em seu sentido analítico de ciência política, explicitado por OFFE & WIESENTHAL (1984, p. 105), em que se observa: a inversão das relações meio-fins, com o engrandecimento dos meios institucionalizados; a prioridade das realizações imediatas e de curto prazo, ignorando ou negligenciando conseqüências futuras, e a ênfase nos critérios quantitativos de recrutamento e mobilização em vez de critérios qualitativos.

O movimento liderado pela FMCCAM passou a contar com o apoio dos órgãos estaduais e municipais e de empresas particulares, tendo, por exemplo, a sua disposição carro com motorista para realização de suas atividades, ajuda na confecção de cartazes e alimentação por ocasião dos congressos, entre outros. São seus membros os indicados para fazer parte dos diversos conselhos consultivos criados a nível estadual e municipal. Quanto à questão da autonomia, as lideranças da FMCCAM percebem sua importância, mas não vêm como conseguiu-la pela falta de recursos para manter o movimento, sujeitando-se a uma relação de troca.

"Para a Federação ou qualquer outro movimento deliberar, sem nenhum apoio, fica difícil porque são entidades que não têm nenhum fundo de reserva. A partir do momento que você não tem fundo de reserva para encaminhar suas atividades é quando entra a participação de terceiros. Eles colaboram da forma que podem. Eu sinceramente acho que seria muito bom se pudessemos encaminhar essas lutas independente de qualquer apoio político, porque se a gente recebe esse tipo de apoio fica assim, parece que a gente tem obrigação, numa relação de troca, mas infelizmente o sistema é esse!" (Entrevista com lideranças da FMCCAM).

O processo desenvolvido pela Federação Metropolitana é, portanto, de subordinação à orientação emanada do governo, justificado pelo apoio recebido e pela dependência de recursos. É interessante observar que enquanto este fato explica o atrelamento da Federação ao Estado, no que diz respeito aos sindicatos, o atrelamento é expresso através do próprio imposto sindical - a contribuição que todos os trabalhadores, sindicalizados ou não devem pagar, e da qual 20% vai para o Ministério do Trabalho para ser aplicado em obras assistenciais, levando o movimento sindical a discutir a extinção ou diminuição progressiva desse imposto (FREDERICO, 1986, p. 121).

O oportunismo parece ser a solução a um só tempo racional e instável para o dilema das organizações.

Observa-se nesse percurso, que ocorre certa semelhança com os estágios iniciais que OFFE & WIESENTHAL (1984, p. 106-108) descrevem no eixo de práticas oportunistas para a organização operária: a) inicialmente a vida da organização é marcada pela formação de uma identidade coletiva (no caso o morador de áreas carentes de infra-estrutura) e pelo cultivo da disposição dos membros de agir, predominando o padrão dialógico da ação coletiva, em que a organização desempenha um papel ativo na definição e transformação de interesses dos membros e seus objetivos são comunicados, pelo menos ocasionalmente, às bases. Este primeiro estágio corresponde aos primeiros anos de atuação da CBB, congregando alguns bairros carentes em suas lutas; b) tornando-se forte e com reconhecimento de seu potencial de reivindicação, passa a ter êxito em algumas lutas e negociações são feitas. Mas tendo que fortalecer sua imagem como organização capaz de exercer o poder, é necessário recrutar e mobilizar os membros para garantir a sobrevivência, ocorrendo adesão de várias associações de bairros e diversas mobilizações, como "Campanha Escola para Todos", "Luta pelo Direito de Morar" e "Luta por Transportes". Por outro lado, é preciso impedir a ação prematura e imprudente adotada por alguns membros como forma de manter a pressão sobre o adversário. A CBB não consegue manter a coesão de seus membros e impedir a ação prematura e imprudente de negociação/cooptação do governo, se ressentindo do afastamento ou alijamento de algumas lideranças. Com dificuldades de superar esse dilema vê sua sobrevivência ameaçada e suas chances de sucesso corroídas, recebendo forte

pressão para uma transformação estrutural da própria organização. Surge a FMCCAM com lideranças e organizações de bairros saídas da CBB, acrescidas de outras novas, criadas com incentivo do governo. A Comissão de Bairros de Belém fica enfraquecida no aspecto quantitativo, ainda que fortalecida em sua resistência, ao priorizar uma atitude crítica e buscar suas garantias de sobrevivência internamente à própria organização; c) a FMCCAM frente ao dilema de garantir a sobrevivência e de probabilidade de êxito, segue a tendência de uma solução oportunista, substituindo as garantias internas - em função da qual a organização depende da motivação, da solidariedade, da "disposição de agir" de seus membros - por garantias externas, através do apoio e reconhecimento institucional externo. Essas garantias são providas pelo Estado e passam a ter forte atração junto às lideranças, mas só são efetivadas enquanto a organização não questionar as formas politicamente estabelecidas e não gerar desconfianças em relação a seus objetivos a longo prazo.

"Visto dessa forma o oportunismo não aparece como uma patologia organizacional decorrente da traição ou manipulação interna; antes de tudo parece ser uma estratégia perfeitamente racional de transformação, que em resposta ao dilema mencionado, 'assegura' de fato a 'probabilidade de êxito' ao mesmo tempo em que escapa da 'ameaça de sobrevivência'" (OFFE & WIESENTHAL, 1984).

Portanto, parte do movimento entra em negociação com o Estado em busca de garantias externas, conseguindo para seus bairros representados, várias vantagens. Com isso acontece a adesão de outros bairros, esvaziando o movimento liderado pela CBB, que vê no Estado, o opositor, o cooptador e prefere enfrentá-lo como inimigo, na crítica e na luta por um movimento autônomo.

Hoje, algumas lideranças da CBB reconhecem que a rejeição a uma proposta de negociação com o governo municipal nas gestões Almir Gabriel e Fernando Coutinho Jorge (1983/1985 e 1985/1988) foi decorrente da inabilidade em lidar com um novo Estado, mais aberto à participação popular. Segundo eles faltou ao movimento propostas - alternativas e estratégias para lidar com esse Estado, impondo-se hoje a capacitação de lideranças como uma das prioridades para dar conta desta nova contradição.

"Houve uma certa abertura de espaço, de participação, mas o movimento não estava preparado para isso, havia do ponto de vista do movimento combativo até uma rejeição, que dizia, assim não, (...) estão querendo nos cooptar, nós não podemos entrar, não dá, tá entendendo? E aí, com isso, como o movimento não estava preparado, não ocupou espaço e o pólo atrasado foi sendo cooptado de outra forma pelo Estado, e essa força atrasada vai crescendo, isso significa ter uma contraposição muito mais forte. Então eu acho que o movimento combativo tem que agora, e urgentemente, se preparar mais para esse enfrentamento (Entrevista com liderança da FASE).

Percebe-se que inicialmente participando de um mesmo movimento, a partir das divergências surgidas na nova relação com o Estado, os próprios agentes identificam-se em grupos diversos, o que confirma não haver nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias (LACLAU, 1986). Ambas instituições apontam pela necessidade de revisão de suas estratégias, para efetivação de suas potencialidades em contribuir no alcance de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Em 1987, com o apoio de Jader Barbalho, é eleito para o governo do Estado, o ex-senador Hélio Gueiros (1987/1991) que procura criar uma base independente de Jader - com quem inicia atritos na disputa pelo poder político no Estado - junto às organizações de bairro. Embora tenha a FMCCAM como interlocutora, passa a oferecer benefícios diretos às associações e centros comunitários, através do programa "Caminhando com o Povo", sem correspondência com as reivindicações por estes formuladas. Assim, são distribuídos fogões, máquinas de escrever, máquinas de costura, cadeiras, etc ..., em dias predeterminados, com grande divulgação na imprensa, principalmente no final de seu mandato.

Na campanha para o governo municipal, em 1988, torna-se transparente a cisão no PMDB-Pa, com Gueiros apoiando a candidatura do empresário Sahid Xerfan-PTB, contra o candidato do PMDB apoiado pelo ex-governador, então ministro da Nova República (PINTO, 1988a).

Em 1989, Xerfan eleito com 70% dos votos - a maior votação alcançada nas capitais - acaba com as assessorias comunitárias municipais e adotando uma postura muito personalista, passa a visitar pessoalmente ou através de seus secretários, os bairros, tendo como canal de interlocução a Federação Metropolitana. Seu contato é direto, íntimo, com o morador - à maneira dispensada aos empregados de sua rede de lojas (PINTO, 1988b) - não mais através das organizações. O movimento como um todo passa então a valorizar as duas gestões anteriores, considerando que o trabalho das assessorias comunitárias foi uma conquista que o próprio movimento não soube capitalizar. A estratégia adotada por Xerfan é seguida por seu vice, o também empresário Augusto Rezende que assume a Prefeitura quando Xerfan se candidata ao governo do Estado, em 1990, concorrendo com o ex-ministro Jader Barbalho.

É interessante observar que já nos primeiros anos da década de 90, a própria FMCCAM é deixada de lado nas articulações com o Estado, apesar de ter retornado ao governo, Jader Barbalho, que passa a investir diretamente nas áreas de invasão, inclusive incentivando esse processo desde sua campanha como candidato.

"Se compararmos com as gestões anteriores onde o apoio era total, antes tinha mais apoio, hoje ele é mínimo apesar de ser o mesmo governo" (Entrevista com liderança da FMCCAM).

Quando atinge um processo de conscientização e de crítica, o próprio movimento incentivado pelo governo deixa de ser canal de negociação e

interlocução, confirmando a questão das garantias externas só serem efetivadas se a organização não questionar as formas politicamente estabelecidas, e não gerar desconfianças em relação a seus objetivos a longo prazo. Se por um lado observa-se que a partir da atual gestão no governo do Estado e da Prefeitura há uma relação mais direta com o morador, por outro percebe-se que a própria Federação Metropolitana, agora dividida no apoio a Barbalho e Gueiros, reclama participação para suas entidades e suas lideranças demonstrando ter consciência das contradições.

"O que eu percebo é que há dois anos, quando tínhamos PROGRAMAS SOCIAIS, a participação das Associações e Centros Comunitários era em massa, até porque todo mundo se achava no direito de lutar por uma coisa justa, (...), mas a partir que a gente perdeu esses programas muitas entidades se desestimularam, não tiveram ânimo de ir à luta por coisas muito mais difíceis como a questão do transporte (...), eu acredito que a melhor forma era todo mundo participar independente de ter benefício imediato ou não, porque é a única forma que se tem para mudar essa situação sócio-econômica do país que está matando esse tipo de luta. Agora se falarmos que vai ter cesta, qualquer coisa que venha matar a fome de imediato, todo mundo vai! Mas para coisas futuras é muito mais difícil!" (Entrevista com lideranças da FMCCAM)

Dando respostas diretas a questões materiais, o governo desenvolve com as organizações de bairro sua relação de cooptação.

Apesar dessas contradições, fragmentação e uma certa apatia das organizações de bairro, vamos observar no final da década e início dos anos 90 uma maior efervescência de movimento e um trabalho mais articulado em relação à discussão da Lei Orgânica do Município, do Plano Diretor para Belém, e do Programa de Macro e Microdrenagem para urbanizar as áreas alagadas, que afetará cerca de 700 mil pessoas moradoras nessas áreas, envolvendo nove bairros.

Com o amadurecimento adquirido nos anos oitenta, reforçado pela participação de lideranças de esquerda na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa, assim como pela abundante produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos, novas perspectivas se abrem, neste início de década, para os movimentos de bairro, procurando superar suas diferenças internas e atender à necessidade de se capacitarem para propostas alternativas em relação à ação estatal e para a continuação da luta por uma cidade mais democrática.

AS DEMANDAS POPULARES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A nível de políticas públicas a transição do autoritarismo burocrático para a democracia política apresentou várias conseqüências: ampliou o debate sobre a intervenção estatal, incorporando novos atores ao processo de formação de programas de governo; influenciou através do voto, que

passa a atuar como nova moeda no mercado político, o comportamento de atores na burocracia governamental e no estamento militar, ampliando o papel relativo da arena político-partidária nos processos decisórios; valorizou a área legislativa e fragmentou verticalmente, pela descentralização, os processos de formação e implementação de políticas (MELO & MOURA, 1990).

Dessa forma, a receptividade do Estado às demandas populares efetiva-se, na década de oitenta, com a configuração desses vários elementos, apresentando ainda como determinante a exigência por parte de instituições financeiras como o Banco Mundial na promoção de maior participação comunitária. Em Belém, o financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o projeto de macro e microdrenagem que beneficiará 70% das áreas de baixadas, é condicionado ao acompanhamento e participação de população, sendo exigida sua permanência na área ou, no caso de remanejamento, que o reassentamento seja feito em local próximo à antiga moradia, não ultrapassando 1.500 metros.

A mudança de estratégia do governo e das instituições financeiras reflete o período de crise e o interesse em atenuar suas contradições, procurando minimizar o quadro de carência manifestas através das reivindicações.

Como afirma NUNES (1989), a "esfera de possibilidades da criação de carências é determinada por condições históricas particulares, somente sendo possível sentir carência de algo já produzido ou possível de o ser". Traduzindo uma opção individual pelo modo de viver, as carências são guiadas por valores de suas respectivas sociedades. Valores associados ao mesmo tempo à questão da fome, da falta de um teto, das doenças provocadas por ambiente insalubre e à questão subjetiva de opção pelo modo de vida.

É interessante observar que em Belém, tal como constatado por estudos em várias outras capitais (ANDRADE, 1989), a manifestação das carências através das reivindicações dos movimentos de bairro, sofre mutação no decorrer da década em questão. Conforme foi demonstrado no item anterior são os conflitos por terra e a reivindicação de escolas para todos que dão maior efervescência ao movimento no final dos anos setenta e início dos oitenta. Embora essas reivindicações permaneçam na pauta das organizações, é a questão da infra-estrutura física, o problema do saneamento básico e dos transportes que passam a ter maior incidência.

A prática da população em resolver a questão da terra através das invasões coletivas, explica, em parte, a mudança na ênfase das reivindicações. Durante a década, a COHAB-PA registrou 124 áreas de invasão. Por outro lado, observa-se por parte de políticos e dos próprios governos um certo incentivo a esta prática, ocorrendo principalmente em épocas pré-eleitorais. É sintomático o nome de algumas invasões: Jaderlândia I e II e Heliolândia I e II, em homenagem aos dois governadores que em suas estratégias de busca de apoio estimularam tal procedimento. Passa o gover-

no a priorizar a política de desapropriação de terras em relação à política anterior de construção de conjuntos habitacionais.

Como essas áreas invadidas situam-se em terrenos desequipados e/ou com problemas de alagamento, e muitas vezes mais distantes, cresce a demanda por infra-estrutura, saneamento e transporte.

A própria condição fisiográfica de Belém impõe prioridade para a questão de saneamento, agravada com o crescimento da população migrante e nativa. Os governos estadual e municipal, dentro do quadro de forte recessão que predominou na década, apresentaram algumas tentativas de resposta. Inicialmente, deixaram de lado os projetos de remoção e abertura sofisticada de canais com infra-estrutura e optaram pela construção de estivas (pontes de madeira sobre área alagada), drenagem e limpeza de braços de igarapés para possibilitar o escoamento das águas muitas vezes prejudicado com o aterro indiscriminado, e escolheram a construção de canais e comportas manuais para evitar o alagamento de certos bairros. Mas se a construção de estivas, facilitando o acesso a casa, o lazer das crianças, o ir ao trabalho e à escola na época da chuva, foi uma resposta, ficou longe a solução para o saneamento das águas que por baixo passam e para onde escoam os esgotos das áreas altas. Para resolver as questões gerais de saneamento das áreas de baixadas era necessário um projeto mais amplo de macro e microdrenagem, que começou a ser concebido na gestão municipal de Almir Gabriel, no primeiro governo de Jader (1983/87), tendo Coutinho Jorge, no Governo de Hélio Gueiros (1987/91) concluído sua formulação e iniciado as negociações com o governo Federal e o BID. A liberação do financiamento só foi conseguida recentemente, no segundo governo de Jader, com Rezende na Prefeitura.

Enquanto o projeto mais amplo era formulado e as negociações ocorriam, foi efetivada a drenagem e a limpeza de alguns canais menores.

Em bairros onde se fez presente a ação estadual e municipal, através do projeto CURA, objetivando dotar de infra-estrutura, áreas carentes de serviços, como no Marco e na Pedreira, já se nota a valorização da área com a construção de inúmeros edifícios, substituindo casas humildes que lá existiam, com a conseqüente expulsão dos moradores. Repete-se a contradição tantas vezes já constatada, dos programas de renovação urbana - idealizados em nome da população carente - terem seus benefícios usufruídos por outros segmentos sociais que não aqueles em nome do qual se justificou o programa (ABELÉM, 1988).

O recio da repetição dessa inversão em relação ao projeto de macro e microdrenagem, que deverá remover mais de 1.600 casas, tem levado a um trabalho conjunto - embora com estratégias diferenciadas - as duas vertentes dos movimentos de bairro em Belém, exigindo acompanhamento e participação em sua execução. É interessante notar que a expectativa criada em torno do projeto traz um novo vigor ao movimento, que passa a ser articulado pelo Fórum Metropolitano de Reforma Urbana, criado em 1992, reunindo entre outras entidades a CBB e a FMCCAM. Após o processo de elaboração

de emendas constitucionais a nível federal e estadual, das discussões quanto à Lei Orgânica Municipal e dos debates e propostas ao Plano Diretor, as organizações, ainda com dificuldades no tratamento das leis, parecem mais aptas a enfrentarem o confronto de interesses diversos, presentes no projeto e na execução do Plano Diretor.

Observa-se no processo descrito, um aprendizado recíproco. Pelo lado dos movimentos há menos radicalismo e mais aceitação das diferenças, unindo suas forças e seus interesses como forma de fortalecer a pressão; pelo lado das instituições públicas, o entendimento de que é necessário ouvir as demandas das organizações populares, minimizar a pressão indo ao encontro ou se antecipando a elas, e negociar com os diversos grupos de pressão, tanto o empresarial, como o financeiro. Este é um processo cujos desdobramentos ainda estão por acontecer.

Na elaboração das demandas para o Plano Diretor vamos observar que são sintetizadas as carências percebidas e manifestadas nas décadas e que, apesar do relativo atendimento de algumas das demandas pelo Estado, as reivindicações ainda permanecem numerosas e abrangentes, devido ao agravamento da situação de pobreza e ao crescimento de necessidades pela ampliação de áreas ocupadas.

Na medida em que as questões estruturais não são resolvidas, as soluções são paliativas e recriam-se em novas áreas as situações anteriores de carência, agravadas pelas ameaças de doenças facilmente transmissíveis.

Se foi possível construir através dos conflitos dos anos 80 "uma trama representativa por onde a reivindicação por direito pôde circular, criando identidades onde antes parecia só existir homens e mulheres indiferenciados na própria privação" (TELLES, 1992, p. 30). Se várias vitórias foram garantidas, através de uma nova relação com o Estado, influenciando a definição de sua pauta de ações, no entanto as necessidades acentuaram-se.

Permanece pois o desafio de como resolver ou minimizar carências básicas e novas carências que possam surgir de uma "sociedade insatisfeita" (NUNES, 1989), através de políticas públicas que, embora traduzam um Estado mais democrático, trazem em seu bojo a marca do Estado Capitalista, que garante as condições de reprodução do sistema, refletindo as contradições dos diferentes interesses a serem atendidos.

Questões estruturais e conjunturais entrelaçam-se com valores culturais para desafiar o caminhar dos movimentos de bairro nessa década que se inicia e que, em Belém, exige uma luta mais forte e mais unida para pressionar o poder público e os grupos de interesse envolvidos, quanto às decisões e implementação dos novos projetos que deverão reestruturar o espaço urbano desta metrópole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELÉM, A. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1988.
- _____. *Amazônia: ocupação e reorganização do espaço urbano*. In: OLIVEIRA, N. P. *Meio Ambiente: qualidade de vida e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NUMA, 1992. (Série Universidade e Meio Ambiente, 2).
- ANDRADE, J. A. *Estado, poder local e organizações populares*. Caxambu, 1989. Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS.
- FREDERICO, C. Movimento Operário e Constituinte. *Revista Novos Rumos*. São Paulo, Fundação IBGE, n. 1, p. 113-124, jan./mar. 1986.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1992.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e luta por moradia*. São Paulo: Loyola, 1991a.
- _____. *CONAM, ANAMPOS e PROCENTRAL dos movimentos populares: três formas de organização da Cidadania e da Cultura Política*. Caxambu, 1992b. Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS.
- HEBETTE, J. (org.). *O Cêrco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: FASE, Belém: UFPA/NAEA, 1991.
- KRISCHKE, P. J. *Carências e sujeitos sociais: uma estratégia para seu des(en)cobrimto*. São Paulo, 1988. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro-SP.
- LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 2, out. 1986.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MELO, M. A., MOURA, A. S. Políticas Públicas Urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. São Paulo, n. 4, p. 99-126, dez. 1990.
- NUNES, E. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. *Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, n. 17, p. 67-91, jun. 1989.

OFFE, C., WIESENTHAL, H. Duas lógicas de ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PINTO, L. F. Eleição: guerra de bastidores. **Jornal Pessoal**, n. 16, abr. 1988a.

_____. Eleição: o messias emudecido. **Jornal Pessoal**, n. 29, nov. 1988b.

PMB-COGEP. **Plano Diretor de Belém: diagnóstico preliminar**. Belém: 1991. Mimeo.

RIBEIRO, A. C. T. **Movimentos, sujeitos sociais e políticas: elementos para uma prática pedagógica**. Rio de Janeiro, 1991. Mimeo. Texto redigido inicialmente para a FASE (equipes urbanas).

ROCHA, S. Pobreza e indicadores sociais como critérios complementares. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. São Paulo, n. 4, dez. 1990.

TELLES, V. S. **Cidadania e pobreza**. São Paulo: 1992. Mimeo.

O MÉTODO FENOMENOLÓGICO NO PROCESSO TERAPÊUTICO DE ABORDAGEM CENTRADA NO CLIENTE

Antônio Sérgio da Costa NUNES
Departamento de Filosofia da UFPA.

RESUMO: A Fenomenologia, tal como proposta por Husserl, pretende chegar ao conhecimento da essência dos fenômenos por intermédio de um método caracterizado pelo rigor, tendo como pressuposto básico a apreensão significativa do ato intencional. No processo terapêutico da abordagem Centrada no Cliente, envolvendo terapeuta e cliente, a experiência de apreensão desta relação manifesta-se por meio de sentidos e da expressão verbal. É esta experiência de sentidos que o método procura delimitar no âmbito de apreensão que se estabelece entre terapeuta e cliente.

PALAVRAS-CHAVE: fenomenologia, ato intencional, existencialismo.

PHENOMENOLOGICAL METHOD AND THERAPEUTIC PROCESSES INVOLVED IN THE CLIENT-CENTERED APPROACH

ABSTRACT: According to Husserl, the aim of phenomenology is to acquire knowledge of the essence of phenomenon through the use of a rigorous method which assumes reliable comprehension of intentional acts. During the therapeutic process involved in the Client-Centered approach, experiential understanding manifests itself through the senses and verbal expression. In particular, through sensory experience, the method attempts to delimit the scope of understanding established between therapist and client.

KEY-WORDS: phenomenology, intentional action, existentialism.

Na abordagem Centrada no Cliente, o processo terapêutico, enquanto relação de vivências - sentimentos, emoções, propósitos, expectativas, etc... - experienciais (de caráter organístico, voltado para a pessoa de forma visceral) estabelecido entre terapeuta e Cliente, apresenta-se como fenômeno existencial e não cognitivo, como ocorre no conhecimento de estrutura positivista, que ao reduzir o fenômeno a um objeto, distorce e falsifica esta relação. Há muito se sabe que a ciência é um discurso válido quanto qualquer outro (veja-se Nietzsche, Foucault e outros) e que enquanto método não abarca todos e quaisquer fenômenos. Desta necessidade, surge um método filosófico rigoroso instaurado por Edmund Husserl (1859-1938) que, indubitavelmente, trouxe ao conhecimento um novo trato e uma nova justificação, que conjugado a uma nova atitude perante o mundo, legado por Martin Heidegger (1889-1976), revelou-se eficaz e consistente: a Fenomenologia e a Analítica Existencial. Ferramentas estas que cinzelarão o traçado por cujas linhas teóricas este trabalho será delimitado.

RELAÇÃO SIGNIFICATIVA

A terapia considerada enquanto "relação significativa", apresenta em sua forma fenomênica uma série de fatores de ordem metodológica, tais como: a redução fenomenológica, variação imaginária e apreensão. Assim como fornece uma descrição mais clara e um maior rigor constitutivo da experiência.